BE quer suspensão de programa de nove milhões para rearborização de eucaliptos

23 de Junho, 2017

O Bloco de Esquerda (BE) pediu hoje a suspensão de um concurso de nove milhões de euros, em fundos comunitários, para rearborização de eucaliptos, defendendo que os apoios à reflorestação devem incidir sobre "espécies de maior resiliência ao fogo". "O Governo tinha anunciado já a abertura de uma linha de financiamento para o apoio à plantação de eucaliptos", disse no parlamento o deputado do BE Pedro Soares, que definiu esta situação como "incompreensível" e "contraditória" com a atividade parlamentar, refere a agência Lusa.

E realçou ainda que "é contraditório que haja diplomas a serem analisados na comissão de Agricultura que pretendem o controlo dos eucaliptos e ao mesmo tempo o PDR2020 [programa comunitário] financia em exclusivo, no valor de nove milhões de euros, a plantação de eucaliptos, nomeadamente em áreas de grande risco de incêndio florestal". Tal aviso "deve ser suspenso" e deve haver um foco do Governo "para novas políticas para a floresta", sublinhou.

Pedro Soares anunciou ainda que o BE vai ter um encontro "em breve" com o executivo onde abordará esta matéria.

O anúncio foi publicado uma semana antes dos incêndios na zona Centro do país, nomeadamente em Pedrógão Grande, fogo que vitimou 64 pessoas. O BE, lembrou Pedro Soares, tinha já apresentado um projeto de resolução pedindo ao Governo apoios financeiros aos produtores florestais, mas excluindo incentivos para novas plantações de eucaliptos, e pedindo apoios "com base no cumprimento de um conjunto de critérios de boas práticas de gestão sustentável das florestas". "Tivemos agora conhecimento deste aviso e estamos a reagir de imediato, dizendo que é necessária a suspensão deste aviso", referiu ainda o bloquista.

O período crítico do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, que prevê diversas medidas e ações de planeamento e intervenção para proteção das florestas contra os fogos, começou na quinta-feira e prolonga-se até setembro.

Segundo uma portaria hoje publicada em Diário da República, a antecipação do período crítico, que deveria começar em 1 de julho, deve-se à previsão de "condições meteorológicas adversas de temperatura, que determinam o aumento do nível de perigosidade para alerta vermelho e laranja no território continental" e aumentam o nível de risco de ocorrência de incêndios florestais.